Lívia Fialho Costa
Marcos Luciano L. Messeder
Organizadores

EDUCAÇÃO, MULTICULTURALISMO E DIVERSIDADE

EDUFBA
Salvador, 2010

Ação afirmativa para negros no ensino superior e desempenho de estudantes

Delcele Mascarenhas Queiroz & Jocélio Teles dos Santos

Introdução

O presente trabalho analisa o desempenho dos estudantes na Universidade Federal da Bahia (Ufba), que adotou a política de ação afirmativa, na modalidade de cotas para ingresso, em 2005[1]. Analisaremos dados sobre "jubilamento"[2], reprovação no curso em razão de faltas e a não realização de matrícula por parte dos estudantes.

Políticas de ação afirmativa já não são uma novidade no mundo contemporâneo, inclusive no Brasil. Em diversos espaços da sociedade brasileira, há estratégias que se destinam a proteger grupos ou indivíduos em desvantagem, por razões históricas, como as mulheres, por exemplo, ou causada por algum tipo de deficiência, como as pessoas ditas portadoras de necessidades especiais.

O debate em torno de políticas afirmativas para a população negra foi publicizado, no Brasil, em meados dos anos 1990. Nesse período, o Estado brasileiro promoveu o Seminário Políticas Afirmativas nos Estados Democráticos de Direito, patrocinado pelo Ministério da Justiça, convocando pesquisadores e ativistas para

1 Embora a reserva de vagas dessa Instituição não se destine exclusivamente a estudantes negros, eles são a maioria expressiva dos beneficiados pela política.

2 O "jubilamento" pode decorrer de situações diversas, como a não matrícula por mais de um semestre ou a reprovação por mais de uma vez na mesma disciplina.

debater as desigualdades entre brancos e negros na sociedade brasileira e apontar possíveis medidas de correção das desigualdades raciais e do racismo no país. Contudo, esse debate assumiu maior visibilidade a partir da Conferência de Durban, em 2001.

Embora as análises sobre políticas de ações afirmativas em países como a Índia e os Estados Unidos (WEISSKOPF, 2008; TELLES, 2004) apontem para resultados auspiciosos na aplicação de tais políticas; no Brasil, esse tipo de medida ainda desperta resistência em setores da nossa sociedade, quando é destinada à população negra. Um bom exemplo disso é o manifesto "Todos têm direitos iguais na República Democrática", dirigido ao Congresso Nacional, em 2006, por um grupo de intelectuais, posicionando-se contra a Lei de Cotas (PL 73/99) e a proposta de Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/2000). A principal preocupação apresentada pelo grupo é o receio de que tais medidas possam instaurar, no país, uma realidade racializada, com prejuízo para a nossa proverbial "convivialidade". (SANTOS, 1999)

Durante o V Congresso Afro-Brasileiro, realizado em Salvador, em 1997, Santos (1999) já chamava a atenção para os entraves à adoção de políticas de combate ao racismo no Brasil. Dizia o autor:

> Observe-se que a retórica atual é a de que precisamos estabelecer a cidadania, principalmente aos historicamente marginalizados. Mesmo havendo esse denominador comum, que na mídia aparece, por exemplo, através de pesquisas, revelando uma hierarquização racial à brasileira, as possíveis soluções esbarram de frente com o conhecido e sempre reiterado discurso da nossa convivialidade racial. (SANTOS, 1999. p. 221)

De modo percuciente, Guimarães (2008, p.181) observa que, para os que temem as políticas destinadas à população negra, seriam "[...] os estados e as instituições que criariam as raças e o racismo e não os micromecanismos de poder reproduzidos no cotidiano social".

Um outro indicador do nível de polarização na adoção de políticas afirmativas foi demonstrado por Santos e Queiroz (2006), quando analisam o debate acalorado que se instaurou na lista virtual de comunicação dos docentes da Ufba, no período que antecedeu a aprovação da política de cotas pelo Conselho Universitário.

Entre os variados argumentos que emergiram do debate em torno da política de cotas para negros na universidade brasileira, está o argumento do "mérito acadêmico". Esse argumento ainda expressa a preocupação de que ingressariam estudantes sem o devido "preparo", o que ameaçaria a excelência do ensino universitário ou provocaria o abandono do curso, pelo "despreparo" de tais estudantes ao longo da sua trajetória no sistema público de ensino. É essa última hipótese que pretendemos examinar neste trabalho.

Cotas raciais na universidade e desempenho do estudante: o que dizem os dados?

Desde que a UERJ[3], em 2001, implantou a primeira política de reserva de vagas para estudantes negros no país, as análises do desempenho desses estudantes apontam para o êxito de tais políticas. O mesmo tem ocorrido em outras universidades brasileiras que adotaram essa estratégia. Com frequência, a mídia tem veiculado informações a esse respeito. Na mesma direção, aponta o estudo de Queiroz e Santos (2007) sobre o desempenho de estudantes que ingressaram na Ufba em 2005, ano de implantação da política de cotas naquela instituição. Essa análise permite refutar o argumento da desqualificação do ensino universitário pelo ingresso de estudantes "cotistas", ao evidenciar tanto a elevação no "ponto de corte" das notas do vestibular daquele ano, quanto o bom rendimento dos estudantes "cotistas" nos dois primeiros semestres do curso. Assim, o estudo demonstrou que, em 2005, os estudantes "cotistas" obtiveram coeficientes de rendimento iguais ou superiores aos dos "não cotistas" em 56% dos cursos, e em 61% dos de maior concorrência.

Buscando contribuir para o debate em torno das políticas de ações afirmativas na universidade brasileira, analisaremos um conjunto de informações sobre o desempenho de estudantes, oriundos de escolas públicas, que ingressaram na Universidade Federal da Bahia (Ufba) através da política de cotas. Os dados que analisaremos referem-se às situações de "jubilamento", "eliminação do curso em razão de

3 Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

faltas" e "não realização de matrícula" por parte dos estudantes. Compararemos o desempenho de estudantes "cotistas" e "não cotistas" em relação a esses três aspectos, no ano de 2008. Embora haja dados referentes a todos os cursos da Ufba, analisaremos apenas o desempenho dos estudantes nos cursos considerados de "alto" e "alto-médio"[4] prestígio social, portanto, os de mais difícil acesso e, consequentemente, os que no senso comum são considerados os mais exigentes em termos de desempenho.

No entanto, consideramos também pertinente observar como se comportaram os dois segmentos em cursos considerados de menor prestígio social, os ditos cursos de "baixo" prestígio. A hipótese é que ocorre um menor aproveitamento nos cursos desse nível de prestígio, pelos "não cotistas", por não proporcionarem, em geral, recompensas atraentes como resultado da formação.

Jubilamento

A Tabela 1a (Anexo) apresenta a distribuição dos estudantes "jubilados" nos cursos de "alto" prestígio. Nesse conjunto, estão cursos mais almejados, tradicionais, como Medicina e Direito, talvez pela perspectiva de que resultem numa melhor inserção no mercado de trabalho. Assim, para ter acesso a eles, enfrentam-se as maiores disputas no vestibular da Ufba. Observa-se que os estudantes "cotistas", ali presentes, foram os que menos estiveram sujeitos ao "jubilamento". Isso apenas se verificou em quatro cursos desse nível de prestígio: Administração, Ciência da Computação,

4 A análise refere-se ao grupo de estudantes que ingressou na Ufba em 2005.1, isto é, a primeira turma a ingressar pelo sistema de cotas.

5 A classificação do prestígio do curso aqui adotada é tomada do trabalho de Queiroz (2004), como segue: "Alto" prestígio – Medicina, Direito, Odontologia, Administração, Processamento de Dados, Engenharia Elétrica, Psicologia, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Arquitetura, Engenharia Química; "Médio alto" prestígio – Ciências Econômicas, Jornalismo, Medicina Veterinária, Engenharia Sanitária, Enfermagem, Pedagogia, Ciências Contábeis, Nutrição, Química Industrial, Engenharia de Minas; "Médio" prestígio – Secretariado, Farmácia, Agronomia, Licenciatura e Bacharelado em Química, Educação Física, Desenho Industrial, Ciências Sociais, Artes Plásticas, Letras, Matemática; "Médio baixo" prestígio – Filosofia, Ciências Biológicas, Música, Geologia, Física, Geofísica, Composição e Regência, Estatística, Artes Cênicas, Dança, História; "Baixo" prestígio – Desenho e Plástica, Instrumento, Biblioteconomia, Canto, Licenciatura em Ciências do 1º. Grau, Geografia, Museologia.

Arquitetura e Engenharia Química. Os estudantes "não cotistas" estiveram nessa situação num maior número de cursos: Direito, Ciência da Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Civil, Arquitetura e Engenharia Química.

Excetuando-se os cursos de Medicina e Odontologia, em que não houve casos de "jubilamento"; nos cursos de Direito e Administração, isso se deu em proporções reduzidas: apenas 3,6% entre os "não cotistas", no curso de Direito, e 5,9% entre os "cotistas", no curso de Administração. Em se tratando dos estudantes "cotistas", esse dado parece indicar que a sua diminuta presença entre os jubilados demonstra um esforço para manter-se na universidade, em decorrência do valor simbólico e do prestígio social conferidos a tais cursos, pela elevada concorrência por vaga no vestibular, mesmo no contexto de uma política de acesso diferenciado, e ainda pelas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho.

Nos cursos considerados de "alto-médio" prestígio, elevaram-se as proporções de estudantes "jubilados", tanto entre "cotistas" quanto entre "não cotistas"; em apenas dois casos não se verificaram situações de "jubilamento". Entre os "cotistas", isso ocorreu nos cursos de Medicina Veterinária e Enfermagem, e, entre os "não cotistas", também no curso de Medicina Veterinária e no curso de Nutrição. Chama a atenção a situação do curso mais prestigiado desse conjunto, o de Ciências Econômicas: nos dois grupos ocorreram casos de "jubilamento"; no entanto, os "cotistas" tiveram desempenho um pouco superior ao dos "não cotistas": respectivamente 18% e 22,4% (Tabela 1b).

Nos cursos considerados de "baixo" prestígio social, o desempenho dos "cotistas" mostra-se melhor do que o dos "não cotistas". Excetuando-se o curso de Instrumento, em que não houve casos de "jubilamento" nos dois grupos; nos demais, o desempenho dos "cotistas" é sempre superior ao dos "não cotistas". No curso de Geografia, por exemplo, não houve caso de "jubilamento" entre os "cotistas", e a proporção entre os "não cotistas" foi de 17,7%. No curso de Licenciatura em Ciências Naturais, para uma proporção de "jubilados" de 8,7% entre os "cotistas", os "não cotistas" apresentam uma proporção cerca de três vezes maior (20%) (Tabela 1c).

A princípio, pode-se inferir que, mesmo para os "cotistas" dos cursos de baixo prestígio, uma escolarização superior, ainda que em cursos pouco valorizados, significa uma oportunidade de melhoria da sua condição social.

Estudantes reprovados por falta

A "reprovação por falta", em cursos de "alto" prestígio, mostrou-se mais frequente, mesmo em proporções reduzidas de estudantes. Nos dois segmentos, em apenas um curso isso não ocorreu: entre os "cotistas", no curso de Engenharia Elétrica, e entre os "não cotistas" no curso de Medicina. Em seis cursos, os "cotistas" foram "reprovados por falta" em proporções maiores que os "não cotistas": nos cursos de Medicina (1,4%), Direito (1,5%), Engenharia Civil (6,5%), Engenharia Mecânica (3,1%), Arquitetura (8,8%) e Engenharia Química (11%). Os "não cotistas" foram "reprovados por falta" em proporções maiores que os "cotistas" nos cursos de Odontologia (1,7%), Administração (6%), Ciência da Computação (10%), Engenharia Elétrica (2,7%) (Tabela 2a).

A análise dos dados sobre "reprovação por falta", em cursos de "alto-médio" prestígio, evidencia que, embora em todos os cursos tenha ocorrido esse tipo de reprovação – para "cotistas" e "não cotistas" –, surpreendentemente, as proporções de reprovados foram mais elevadas entre os "não cotistas" que entre os "cotistas". Em apenas dois cursos, os "cotistas" foram reprovados em maiores proporções que os "não cotistas": respectivamente, Ciências Econômicas, 13,1% e 8%, e Engenharia Sanitária, 9,5% e 8,8%. No entanto, as distâncias entre os dois segmentos são reduzidas, como se pode observar na Tabela 2b.

Em mais da metade dos cursos considerados de "baixo" prestígio social, entre os estudantes "cotistas" houve "reprovação por falta" em proporções menores que entre os "não cotistas". Apenas nos cursos de Instrumento e Geografia, os "cotistas" foram reprovados por esse critério, em proporções mais elevadas que os "não cotistas". Também nesse caso, pode-se argumentar que uma diferenciação entre os dois grupos, com relação à importância atribuída à formação num curso com esse perfil, pode determinar essa diferença de desempenho, fazendo com que os "cotistas" perseverem mais no propósito de concluir o curso (Tabela 2c).

Estudantes não matriculados

As informações analisadas nesse tópico referem-se aos estudantes que, por alguma razão, não realizaram sua matrícula e, por isso, foram excluídos do curso. Nos cursos de "alto" prestígio, isso ocorreu com maior frequência, e em maiores proporções, com os estudantes "não cotistas". Vejamos, por exemplo, o curso de Direito: essa situação não ocorreu com nenhum dos "cotistas"; e aconteceu com 3,6% dos "não cotistas". O mesmo se repetiu no curso de Engenharia Mecânica, em que foi identificada uma proporção de 10% dos "não cotistas", e não aparece nenhum dos "cotistas". No curso de Arquitetura, embora conste uma proporção de 3,9% de estudantes "cotistas" que não se matricularam, essa proporção entre os "não cotistas" é cerca de três vezes maior (11,8%). Com menor distância, isso se verifica também nos cursos de Engenharia Elétrica (11,1% e 18,1) e Ciência da Computação (22% e 33,3%). Nesse conjunto de cursos, o bom desempenho dos cotistas sobressai, ainda, ao observarmos que em três deles não ocorreu nenhum caso de exclusão entre os "cotistas": Medicina, Direito e Engenharia Mecânica. No entanto, entre os "não cotistas", apenas no curso de Medicina não ocorreu nenhum caso de exclusão por esse critério (Tabela 3a).

Em todos os cursos de "alto-médio" prestígio, nos dois grupos, registraram-se casos de estudantes que foram excluídos em decorrência de não se terem matriculado. Em cinco desses cursos, as proporções de "cotistas" são mais elevadas que as de "não cotistas": Comunicação (15,4%), Engenharia Sanitária (17,7%), Pedagogia (17,7%), Ciências Contábeis (19,1%) e Engenharia de Minas (18,2%). Os "não cotistas" tiveram suas maiores baixas nos cursos de Ciências Econômicas (38,8%), Medicina Veterinária (33,3%) e Nutrição (27,3%) (Tabela 3b).

Em todos os cursos de "baixo" prestígio, são elevadas as proporções de estudantes "cotistas" e "não cotistas" que deixaram de matricular-se. Os "cotistas" o fizeram num maior número de cursos, e, de modo geral, em proporções maiores que os "não cotistas", contrariando a tendência observada quando analisamos as situações de "jubilamento" e "reprovação por falta" (Tabela 3c).

Considerações finais

Contrariando a hipótese que tomamos para exame, a do abandono do curso pelos estudantes "cotistas", pela ausência de habilidades acadêmicas para acompanhá-lo, isto é, pela ausência de "mérito acadêmico", os dados referentes às primeiras turmas de prováveis formandos, ingressos em 2005.1, apontam para um desempenho significativo por parte desses estudantes em cursos dos vários níveis de prestígio aqui analisados. Isso demonstra, evidentemente, o resultado da política de reserva de vagas, não apenas para os estudantes negros, que, como evidenciamos, constituem a maioria dos beneficiados pela política implantada na Ufba, mas, sobretudo, para a totalidade dos beneficiários dessa medida, na condição de estudantes oriundos de escolas públicas.

Os dados indicam certa equivalência na situação dos dois segmentos de estudantes, com relação a esses aspectos, o que poderia ser visto como uma situação de melhor desempenho dos "cotistas", considerando que eles enfrentam maior desvantagem ao longo da sua trajetória no sistema público de ensino.

Chama a atenção a situação diferenciada dos estudantes "cotistas" e "não cotistas", nos cursos considerados de "baixo" prestígio social. Para os "cotistas", mais que para os "não cotistas", os cursos de "baixo" prestígio parecem representar também uma oportunidade importante para a melhoria da sua condição de vida, fazendo-os perseverar no propósito de concluir o curso. Para os estudantes não cotistas, talvez, os cursos de "baixo" prestígio funcionem como um estágio preliminar, enquanto aguardam a oportunidade de ingressar num curso mais valorizado, na própria instituição ou numa instituição privada, num curso de maior prestígio.

Se, por um lado, esses dados demonstram o necessário acompanhamento sistemático do desempenho dos estudantes ingressos em anos subsequentes, no intuito de se verificar tendências ou desempenhos pontuais, por exemplo, nas turmas de 2006 a 2009; por outro lado, apontam para uma reflexão mais analítica que as que estavam baseadas no senso comum ou em posições marcadamente ideológicas.

Referências

GOMES, J. B. Ações afirmativas: aspectos jurídicos. In: SEYFERTH, Giralda et al. *Racismo no Brasil*. São Paulo: ABONG, 2002. p. 123-142.

GUIMARÃES, A. S. Novas inflexões ideológicas no estado do racismo brasileiro. In: ZONINSEIN, J.; FERES JR., J. (Org.). *Ações afirmativas no ensino superior no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. p. 176-192.

QUEIROZ, D. M. Brancos e negros no ensino superior. In: GOMES, N. L.; MARTINS, A. A. (Org.). *Afirmando direitos*: acesso e permanência de jovens negros na universidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 135-143.

QUEIROZ, D. M.; SANTOS, J. T. dos. Sistema de cotas e desempenho de estudantes nos cursos da UFBA. In: Brandão, A. A. (Org.). *Cotas raciais no Brasil*: a primeira avaliação. Rio de Janeiro; DP&A, 2007.

SANTOS, J. T. dos. Dilemas nada atuais das políticas para os afro-brasileiros: ação afirmativa no Brasil dos anos 60. In: BARCELAR, J.; CAROSO, C. (Org.). *Brasil*: um país negro? Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999. p. 221-233.

SANTOS, J. T dos; QUEIROZ, D. M. Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública federal. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 58-75, dez./fev. 2005-2006.

TELLES, E. Início no Brasil e fim nos EUA? *Revista Estudos Feministas*, v. 4, n. 1, Rio de Janeiro, p. 194-201, 1996.

WEISSKOPF, T. E. A experiência da Índia com ação afirmativa. In: ZONINSEIN, J.; FERES JR., J. (Org.). *Ações afirmativas no ensino superior no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. p. 35-60.

Anexo

Tabela 1 – Distribuição percentual dos estudantes **"cotistas" e "não cotistas" "jubilados"**, segundo o prestígio do curso – Ufba/2008

Tabela 1a – Cursos de **"alto"** prestígio

#	Curso	Cotista	Não Cotista
1	Medicina	0,0	0,0
2	Direito	0,0	3,6
3	Odontologia	0,0	0,0
4	Administração	5,9	0,0
5	Ciência da Computação	22,2	16,7
6	Engenharia Elétrica	0,0	18,9
7	Psicologia	0,0	0,0
8	Engenharia Civil	0,0	8,7
9	Engenharia Mecânica	0,0	0,0
10	Arquitetura	3,5	4,4
11	Engenharia Química	22,2	18,1

Fonte: Serviço de Seleção e Acompanhamento de Estudantes.

Tabela 1b – Cursos de **"alto-médio"** prestígio

#	Curso	Cotista	Não Cotista
1	Ciências Econômicas	18,0	22,4
2	Jornalismo/ Comunicação	7,7	6,3
3	Medicina Veterinária	0,0	0,0
4	Engenharia Sanitária	17,5	4,4
5	Enfermagem	0,0	16,7
6	Pedagogia	5,9	14,3
7	Ciências Contábeis	9,5	3,5
8	Nutrição	14,3	0,0
9	Engenharia de Minas	13,6	3,4

Fonte: Serviço de Seleção e Acompanhamento de Estudantes.

Tabela 1c – Cursos de **"baixo"** prestígio

#	Curso	Cotista	Não Cotista
1	Desenho e Plástica	11,0	15,8
2	Instrumento	0,0	0,0
3	Biblioteconomia	11,5	14,7
4	Ciências Naturais	8,7	20,0
5	Geografia	0,0	17,7
6	Museologia	5,9	9,6

Fonte: Serviço de Seleção e Acompanhamento de Estudantes.

Tabela 2 – Distribuição percentual dos estudantes **"cotistas" e "não cotistas" "reprovados por falta"**, segundo o prestígio do curso – Ufba/2008

Tabela 2a – Cursos de **"alto"** prestígio

#	Curso	Cotista	Não Cotista
1	Medicina	1,4	0,0
2	Direito	1,5	0,8
3	Odontologia	0,3	1,7
4	Administração	4,0	6,0
5	Ciência da Computação	9,0	10,0
6	Engenharia Elétrica	0,0	2,7
7	Psicologia	1,7	1,7
8	Engenharia Civil	6,5	5,4
9	Engenharia Mecânica	3,1	2,2
10	Arquitetura	8,8	5,8
11	Engenharia Química	11,0	5,6

Fonte: Serviço de Seleção e Acompanhamento de Estudantes.

Tabela 2b – Cursos de **"alto-médio"** prestígio

#	Curso	Cotista	Não Cotista
1	Ciências Econômicas	13,1	8,0
2	Jornalismo/ Comunicação	8,5	10,6
3	Medicina Veterinária	3,7	4,9
4	Engenharia Sanitária	9,5	8,8
5	Enfermagem	1,0	10,0
6	Pedagogia	5,2	7,3
7	Ciências Contábeis	8,9	12,2
8	Nutrição	3,3	5,0
9	Engenharia de Minas	12,0	16,3

Fonte: Serviço de Seleção e Acompanhamento de Estudantes.

Tabela 2c – Cursos de **"baixo"** prestígio

#	Curso	Cotista	Não Cotista
1	Desenho e Plástica	9,7	14,3
2	Instrumento	11,5	10,4
3	Biblioteconomia	9,2	9,6
4	Ciências Naturais	8,7	11,0
5	Geografia	14,6	12,3
6	Museologia	6,4	18,6

Fonte: Serviço de Seleção e Acompanhamento de Estudantes.

Tabela 3 – Distribuição percentual dos estudantes **"cotistas" e "não cotistas"** que **"não se matricularam"**, segundo o prestígio do curso – Ufba/2008

Tabela 3a – Cursos de **"alto"** prestígio

#	Curso	Cotista	Não Cotista
1	Medicina	0,0	0,0
2	Direito	0,0	3,6
3	Odontologia	*Sem informações*	
4	Administração	5,9	4,8
5	Ciência da Computação	22,2	33,3
6	Engenharia Elétrica	11,1	18,1
7	Psicologia	5,9	4,8
8	Engenharia Civil	29,4	8,7
9	Engenharia Mecânica	0,0	10,0
10	Arquitetura	3,9	11,8
11	Engenharia Química	33,3	36,7

Fonte: Serviço de Seleção e Acompanhamento de Estudantes.

Tabela 3b – Cursos de **"alto-médio"** prestígio

#	Curso	Cotista	Não Cotista
1	Ciências Econômicas	25,6	38,8
2	Jornalismo/ Comunicação	15,4	12,5
3	Medicina Veterinária	7,7	33,3
4	Engenharia Sanitária	17,7	4,3
5	Enfermagem	25,0	25,0
6	Pedagogia	17,7	14,3
7	Ciências Contábeis	19,1	6,9
8	Nutrição	14,3	27,3
9	Engenharia de Minas	18,2	13,8

Fonte: Serviço de Seleção e Acompanhamento de Estudantes.